



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Paraíba

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 10 DE MARÇO DE 2014

Institui o cargo em comissão de Assessor Jurídico e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA - CRMV/PB, no uso da atribuição que lhe confere a letra "r" do artigo 4º do seu Regimento Interno, baixado pela Resolução nº 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e o disposto na Resolução 904 do CFMV, de 11 de maio de 2009;

Considerando a necessidade de assessorar juridicamente a Presidência;

Considerando grande volume de processos administrativos e éticos que demandam uma análise jurídica para o seu correto processamento e conclusão;

Considerando a necessidade da presença de um advogado quando da realização das Sessões Plenárias e na elaboração de portarias, resoluções, editais de licitação etc;

Considerando as Resoluções do CFMV nº 904/09 e 1.018/2012;

Considerando o inciso XVII do art. 7º da CF/88;

Considerando o disposto no parágrafo § 4º do art. 59 e do art. 130-A, ambos da CLT;

Considerando os Acórdãos nº 65.999/2007 do TJ/MA e a AC com Revisão do TJ/SP nº 9181534-06.2009.8.26.0000 São Paulo;

Considerando o Acórdão da 8ª Turma do TST nº RR-707/2013-079-15-40.8 e os precedentes nºs RR-4/2006-008-10-40; RR-2143/2004-075-15-00; RR-2437/2002-075-15-00; RR-1102/2005-124-15-00; AIRR-81/2005-081-15-40; e RR-916/2003-111-15-00 ambos do Tribunal Superior do Trabalho;

Considerando a 169ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 10 de março de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Criar o cargo em comissão de Assessor Jurídico do CRMV/PB.

Art. 2º A título de remuneração o assessor jurídico receberá o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais, que ocorrerá pelo elemento de despesas: 6.2.2.1.1.01.01.001.001 - Descrição: Salários, com a disponibilidade orçamentária do exercício de 2014, cujo valor é R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), com carga horária de 20hrs semanais;

§ 1º O cargo em comissão de Assessor Jurídico deverá ser ocupado por advogado regularmente inscrito na OAB/PB.

§ 2º Respeitado o disposto no parágrafo anterior, é de livre escolha do Presidente do CRMV/PB, mediante Portaria, a indicação do ocupante do cargo de Assessor Jurídico, vedada a indicação de ocupante do referido cargo a cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade dos Conselheiros até o terceiro grau, salvo se ocupante de emprego público no próprio CRMV/PB.

§ 3º Incidirão sobre o valor da remuneração todos os descontos previstos em lei.

§ 4º O ocupante do cargo de Assessor Jurídico é demissível ad nutum, isto é, não há necessidade de processo administrativo nem de qualquer motivação para a exoneração do cargo.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Paraíba

§ 5º O Assessor Jurídico não fará jus ao recebimento de horas extras, nem tampouco haverá recolhimento de FGTS bem como da multa de 40%.

§ 6º O Assessor Jurídico terá direito a férias conforme disposto no art. 130-A da CLT;

§ 7º No caso de solicitação de desligamento por parte do Assessor este deverá comunicá-la ao CRMV/PB por escrito devendo permanecer no cargo por até 15 (quinze) dias, se no interesse do CRMV/PB, recendo a remuneração proporcional a esse período.

§ 8º O reajuste da remuneração dar-se-á anualmente tomando-se como referência o IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Méd. Vet. Domingos Fernandes Lugo Neto
Presidente
CRMV-PB N° 0793

Méd. Vet. Valéria Rocha Cavalcanti
Secretária-Geral
CRMV-PB N° 0729